DIÁRIO OFICIAL DO
LEGISLATIVO

Ano XXVII - N° 5.266 Quarta-feira, 4 de Julho de 2018

Câmara Municipal presente nas comemorações dos 195 anos da Independência da Bahia

Foto: Sidney Nóbrega



O presidente da Câmara, vereador Leo Prates (DEM), destacou que o 2 de Julho representa nos dias de hoje a capacidade de luta do povo baiano para enfrentar os desafios da vida. "Esse momento histórico que tanto nos orgulha também é uma celebração da democracia brasileira pelas ruas de Salvador. O desfile cívico da Independência da Bahia é a expressão máxima da nossa baianidade, pois o povo e as figuras emblemáticas do caboclo e da cabocla mostram o que é liberdade".

LEIA NAS PÁGINAS 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8

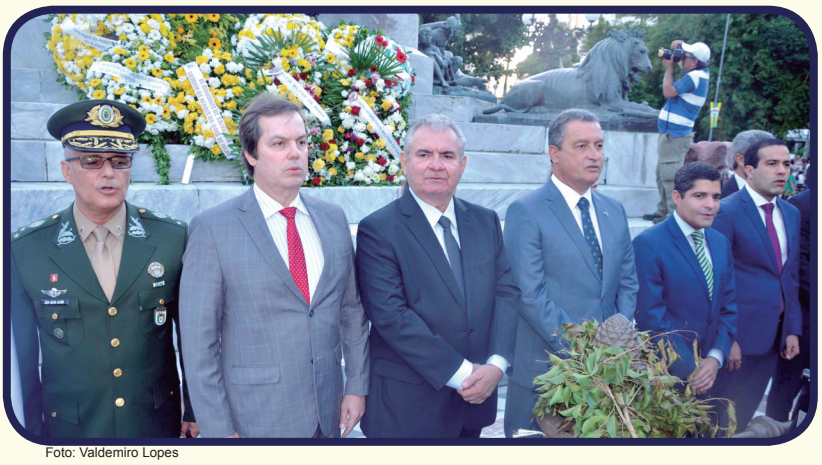


Foto: Valdemiro Lopes

ARTIGO

Hilton Coelho

Waldir Pires presente no 2 de Julho e sempre



Ao nos depararmos com a dura notícia da perda em matéria de Waldir Pires, muitas lembranças, sentimentos e provocações nos tomam como uma espécie de vendaval interno. Uma das que mais me tocou foi constatar que uma geração preciosíssima segue nos seus momentos últimos de desmaterialização. Falo de uma geração que ousou contemplar o Brasil com olhares criativos de artistas da política e, por isso mesmo, deparou-se com a perversão de uma ditadura de mais de 20 anos. Como não lembrar Milton Santos, Ana Montenegro, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer, Plínio de Arruda Sampaio e tantas dessas pessoas que sonharam e deixaram um enorme legado de atitudes, olhares e formulações sobre um Brasil país/continente, que em realizando seus potenciais, pode indicar ao mundo os caminhos de ser muito, muito melhor?

Tive o prêmio de conviver politicamente por quatro longos-relâmpagos anos com Waldir, como sempre o chamei, na Câmara de Vereadores e, literalmente, ao seu lado sempre sentava na cadeira anexa à dele nas sessões. Pude atentar para lições, às vezes apenas desvendáveis dias, meses depois. Tenho certeza que muitas falarão nos ouvidos quando os desafios as convidarem. Por diversas vezes, nos falou sobre os potenciais, mas também a respeito dos riscos dos "parlamentos". Do significado da democracia e, sobretudo, da indissociabilidade entre esta e a dignidade da pessoa humana. Certamente por isso, quando lhe fizemos o convite para participar da Comissão em Defesa da Criança e Adolescente, ao argumentar o quanto seria significativo alguém com a sua brilhante e longa trajetória, colocar-se na trincheira da proteção dos pequenos, ele nos respondeu enfaticamente: "Sim, vamos à defesa dos nossos jovens e crianças!".

E defendeu mesmo. Quem conheceu Waldir sabe que suas palavras não costumavam se dissipar ao vento. Foi frequentador assíduo das reuniões, sessões especiais e audiências públicas. Em todas elas as atenções ficavam voltadas para ele, que as utilizava a bem do interesse público, sem vacilar. Atuava nos debates sobre a prioridade absoluta da criança e adolescente no Orçamento Municipal, passando pela contraposição às diversas violações de direitos, até a denúncia da política de extermínio da juventude negra. Sempre foram marcantes os posicionamentos de Waldir.

Aliás, a meninada - não me pergunte como - parece ter intuído isso. Lembro que já nos primeiros meses de 2013, início do mandato de vereador, quando ocorreu a explosão do movimento Passe Livre, a Câmara Municipal de Salvador foi ocupada pela estudantada. Em meio à euforia estridente daquela atitude de rebeldia, a desocupação só ocorreria quase 40 dias depois, Waldir subiu à tribuna para declarar seu apoio incondicional ao movimento. Era uma multidão de jovens e adolescentes, muitos entre 13 e 14 anos. Em meio à barulheira, Waldir inicia seu discurso. O silêncio foi se estabelecendo de uma forma tão impressionante que até hoje a pergunta está ar: Como aquela gurizada construiu um respeito que chegou a ser hipnótico por Waldir? Em outras palavras, como a admiração por ele desconhecia de tal forma fronteiras de geração?

Poderia discorrer aqui por mais inúmeros exemplos de ensinamentos nestes quatro anos, mas, dando um salto no tempo, podemos constatar que eles se realizaram até o último momento. Pedindo notícias a Carlos Alberto Mendes, muito amigo de Waldir, ele me contou há cerca de três semanas, que, em uma conversa entre os dois, Waldir, já com a saúde combalida e falando com dificuldade e com a serenidade de quem em pensamento contempla a sua própria história, disse-lhe: "Minha geração foi derrotada..." Alguns segundos de silêncio inquietante transcorreram. Então, ele pôs o dedo em riste e fez-se o firme Waldir de sempre: "Mas não podemos desistir!".

Waldir Pires esteve presente neste e estará presente em outros Cortejos do 2 de Julho e em todas as lutas pela democracia e uma sociedade justa. Hoje, olhando para o Brasil, percebemos como, mais do que nunca, precisaremos de Waldir. Um Brasil que está sendo guiado por grupos que se limitam a organizar a pilhagem do seu território (onde as privatizações da Petrobrás e da Eletrobrás são apenas os exemplos mais visíveis) e a escravização do seu povo (pondo fim a toda legislação de proteção às trabalhadoras e trabalhadores).

Porém, o Brasil é dotado de uma riqueza subjetiva e material que lhe permite, uma vez orientado pela participação direta das multidões na política, fazer brotar florestas de criatividade e dignidade humana. Por tudo isso, vai em paz, mas fica em luta Waldir, pois para seguir a sua última lição - aquela de "jamais desistir" - precisaremos muito, muitíssimo de ti.

Hilton Coelho (PSOL)

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
O Poder do Cidadão

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Leo Prates
leoprates@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Toinho Carolino
toinhocarolino@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Euvaldo Jorge
euvaldojorge@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Tiago Correia
tiagocorreia@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
Ana Rita Tavares
anaritatavares@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Luiz Carlos Suíca
luizcarlossuica@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário-Chefe
César Rasec
cesar.rasec@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

SIGA A CÂMARA NAS REDES SOCIAIS

@camarasalvador
@camaradesalvador
camaradesalvador

TV Câmara Salvador / Canal aberto 61.4

Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

2 de Julho renova luta dos baianos

Leo Prates, Marta Rodrigues e Carballal reafirmam importância da Independência da Bahia

A importância das comemorações pelos 195 anos da Independência da Bahia foi destacada pelo presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Leo Prates (DEM), pela líder da oposição na Casa, vereadora Marta Rodrigues (PT), e pelo líder do governo, Henrique Carballal (PV). Na manhã de segunda-feira (2), antecedendo ao início do desfile na Lapinha, Leo Prates participou das homenagens ao General Labatut juntamente com demais vereadores, populares, autoridades militares e gestores públicos, como o prefeito ACM Neto, o governador Rui Costa e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, deputado Ângelo Coronel.

Fotos: Sidney Nóbrega



Após o hasteamento das bandeiras do Brasil, da Bahia, de Salvador e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA), autoridades depositaram flores junto ao monumento do comandante do exército libertador e o presidente do IGHBA, Eduardo Morais de Castro, fez um discurso lembrando a história e homenageando os heróis da independência.

O presidente da Câmara, vereador Leo Prates, afirmou que o 2 de Julho representa nos dias de hoje a capacidade de luta do povo baiano para enfrentar os desafios da vida. “Esse momento histórico que tanto nos orgulha também é uma celebração da democracia brasileira pelas ruas de Salvador. O desfile cívico da Independência da Bahia é a expressão máxima da nossa baianidade, pois o povo e as figuras emblemáticas do caboclo e da cabocla mostram o que é liberdade”, destacou Leo Prates.



Os carros emblemáticos do caboclo e da cabocla conduziram o tradicional desfile cívico, que teve início na Lapinha, seguiu pelas ruas do bairro da Liberdade, Santo Antônio Além do Carmo e Pelourinho, chegando à Praça Municipal, em frente à Câmara Municipal, onde foi concluída a primeira parte do cortejo. À tarde, os caboclos seguiram até o Largo 2 de Julho, no Campo Grande, finalizando o desfile.

PAZ

Este ano, a celebração tem como tema “Luta pela Paz”. “É fundamental lembrar a importância das mulheres no 2 de Julho. Recordar a participação efetiva na resistência de Joana Angélica e Maria Quitéria, dentre outras”, afirmou a líder da oposição na Casa, vereadora Marta Rodrigues.

Para a parlamentar, “também é preciso ressaltar a importância de Maria Felipa, a heroína negra da independência, que é relegada a segundo plano pela historiografia”. Maria Felipa liderou um grupo de homens e mulheres na Ilha de Itaparica na resistência contra as tropas portuguesas.



O líder do governo, vereador Henrique Carballal, afirmou que o 2 de Julho é a data mais importante da Bahia e uma das mais importantes do Brasil. “O povo baiano consolidou o 7 de Setembro quando pegou em armas para expulsar o reduto português comandado pelo general Madeira de Melo que queria manter o controle sobre Salvador e, dessa forma, o Norte e Nordeste do país, áreas de grande influência econômica”, disse.

O vereador disse ainda que a Independência da Bahia teve grandes personagens como Maria Quitéria e Maria Felipa. “O 2 de Julho representa o povo se apropriando dessa conquista. O povo sai às ruas, leva seus filhos para fazer parte de algo maior”, pontuou o parlamentar.

Acendimento do fogo simbólico finaliza desfile do 2 de Julho

Representando a Câmara Municipal, vereador José Trindade destacou importância da manifestação para a Bahia

O desfile cívico em homenagem ao 2 de Julho - que celebra a Independência da Bahia - foi encerrado no final da tarde de segunda-feira (2), no Largo 2 de Julho, no Campo Grande, Centro de Salvador. A solenidade contou com a presença de populares, autoridades políticas e representantes das Forças Armadas.

Durante o ato, o presidente da Câmara Municipal, vereador Leo Prates (DEM), foi representado pelo vereador José Trindade (PSL), que destacou a importância da manifestação popular. “O 2 de Julho é um momento significativo para toda a Bahia porque marca a independência do nosso estado. São 195 anos de independência, e esta é a nossa maior festa cívica. É um grande momento para a população”, salientou Trindade.

Após a chegada dos carros que conduziram a cabocla e o caboclo, por volta das 16h35, autoridades e populares acompanharam o acendimento da pira do fogo simbólico realizado pelo pugilista Acelino ‘Popó’ Freitas. Ao comentar a participação na data simbólica, Popó lembrou da presença da festividade em sua infância e comentou sobre o enfraquecimento da tradição nas escolas.

“Um dia eu estava lá, garoto, vendo o cortejo, as bandas, as fanfarras, a cabocla passando e hoje estou aqui. Para mim é muito satisfatório. Infelizmente, nas escolas, hoje, a gente não vê essas coisas, falando da história da nossa Bahia”, lamentou.

Fotos: Valdemiro Lopes







O hasteamento das bandeiras do Brasil, da Bahia e de Salvador foram realizados pelo governador Rui Costa, pelo presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), deputado Angelo Coronel (PSD), e pelo prefeito ACM Neto, respectivamente.

O Hino da Bahia foi executado pelo coral da Polícia Militar da Bahia (PM-BA), enquanto que o Hino do Brasil foi executado conjuntamente pelas bandas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

O XXVI Encontro de Filarmônicas, sob regência do maestro Fred Dantas, encerrou a solenidade. O retorno dos carros emblemáticos para a Lapinha acontecerá na quinta-feira (5), às 18h30.





Manifestações populares marcam presença nas ruas

Fotos: Sidney Nóbrega







Manifestações populares e culturais mais uma vez marcaram presença no desfile do 2 de Julho. Caracterizado de padre Manuel José Gonçalves Pereira, o professor de História e Geografia Raimundo José dos Santos, 62 anos, acompanhava as mulheres do folguedo Caretas do Mingau, de Saubara.

"Conta-se que, à noite, as mulheres se mascaravam para levar alimentos, armas, remédios e roupas e ainda davam assistência amorosa aos maridos que lutavam na Ponta da Saubara", diz o professor conhecido como Betinho de Saubara, que destaca a "importância desse padre maragogipano nas lutas pela independência".

O integrante da Quadrilha Junina Forró do ABC, Yuri Cunha, 22 anos, participava do desfile para ajudar a manter a tradição do 2 de Julho e também para divulgar o trabalho cultural do grupo. "É preciso ter os heróis da independência como exemplos para termos mais força no nosso dia a dia", reforçou.

"O 2 de Julho é a data mais importante, pois foi quando se consolidou a verdadeira independência do Brasil, com as tropas do general Labatut. Precisamos seguir o exemplo dos heróis da independência e passar para os nossos filhos a importância dessa data. É importante continuar preservando e contando essa história", disse a enfermeira Maria Regina Oliveira, 62 anos.







Vereadores de Salvador destacam importância do 2 de Julho

"Este 2 de Julho tem uma importância especial no contexto atual. Com esta situação de golpe, temos que afirmar com muita força a necessidade de lutar pela liberdade, o grande ideal do 2 de Julho, e pela democracia".

Aladilce Souza (PCdoB)

"O 2 de Julho é um movimento reacionário, ou seja, conservador, que reafirma a representatividade local. É a reação contra uma assembleia constituinte em Portugal, distante e sem nexo local. Uma reação contra um quase experimento artificial, tal como quiseram fazer com o Foro de São Paulo durante os governos do PT. É também uma demonstração da unidade do povo baiano que vem sendo atacada por representantes de agendas sectárias, cujas decisões são tão artificiais e arrogantes quanto as daquela assembleia lusitana".

Alexandre Aleluia (DEM)

"É o marco da Independência da Bahia, ou seja, dia de grande celebração para o nosso povo, que deve ser lembrada e devidamente festejada. A Independência da Bahia foi marcada como um movimento que buscou a emancipação do povo de seu colonizador. Povo este que lutou pelos ideais de liberdade, movido pela paixão federalista e amor à pátria mater. Eu, como mulher e edil da cidade do Salvador, não posso deixar de citar Maria Quitéria, figura ilustre nessa luta pela independência, mulher de fibra, grande heroína do Exército Brasileiro".

Cátia Rodrigues (PHS)

"A comemoração do 2 de Julho é uma celebração às tropas do Exército e da Marinha Brasileira que, através de muitas lutas, conseguiram a separação definitiva do Brasil do domínio de Portugal, em 1823. Hoje, a nossa luta é por um país mais justo, sem corrupção, com menores impostos e serviços públicos melhores para a população. A comemoração vale para lembrar que sempre há um caminho para mudança e, para isso, precisamos lutar sempre por nossa independência".

Cézar Leite (PSDB)

"A Independência da Bahia nos lembra que a nossa história, desde o início, é feita de coragem, pela luta do nosso povo. Que nesta data-me refiro aos próximos anos, possamos mais do que celebrar o passado, possamos comemorar e nos orgulhar de um serviço de saúde completo e que atenda melhor toda nossa sociedade e uma educação que possa garantir o futuro dos nossos jovens, independente de sua classe social".

Daniel Rios (MDB)

"O 2 de Julho é uma data cívica que resgata no brasileiro e no baiano o orgulho da participação do nosso povo no processo de Independência do Brasil, somente efetivado a partir deste movimento que teve início no Recôncavo Baiano e foi consolidado em Salvador".

Ricardo Almeida (PSC)

"O 2 de Julho representa para nós, baianos, uma liberdade conquistada a duras penas, com perdas de vidas de bravos guerreiros e guerreiras, que lutaram e começaram aqui na Bahia a Independência do Brasil. Essa parte da história simboliza muito bem a luta que travamos nos dias atuais, quando, com a mesma garra e coragem daqueles combatentes, enfrentamos e combatemos os tiranos que estão no poder e que insistem em explorar e retirar direitos do nosso povo".

Hélio Ferreira (PCdoB)

"O atual Governo Federal coloca o Brasil num projeto de subordinação total aos interesses externos. É um caminho de pilhagem do país e de escravização do seu povo, com a retirada de direitos trabalhistas. Numa situação crítica como essa é importante reafirmar a mensagem do 2 de Julho, que foi a da luta dos baianos em defesa do Brasil".

Hilton Coelho (PSOL)

"O 2 de Julho representa para mim o sentimento de liberdade e autonomia da Bahia. É preciso refletir sobre esses valores, principalmente em tempos obscuros, onde não enxergamos com clareza os caminhos da nação diante dos problemas que enfrentamos".

Felipe Lucas (MDB)

“O povo baiano sempre tem a característica de ser lutador e persistente. O 2 de Julho representa a libertação definitiva do nosso povo de Portugal, mas também não devemos esquecer de todas as batalhas que devemos encampar diariamente pela nossa verdadeira libertação. Continuaremos nossa luta para que o povo deixe de ser oprimido e tenha mais saúde, educação, segurança, dignidade e respeito”.

Igor Kannário (PHS)

“O 2 de Julho é uma das datas mais significativas para a história da Bahia e do Brasil. E, no contexto político atual, adquire uma importância ainda maior porque temas como liberdade, respeito e consolidação de direitos fundamentais nunca foram tão debatidos e reivindicados. Várias mulheres tiveram importância crucial na luta pela Independência da Bahia, como Maria Felipa, Maria Quitéria e Joana Angélica. Além disso, estamos em ano eleitoral, um ano que requer muita consciência política para que busquemos a renovação da qual o nosso país tanto precisa”.

Ireuda Silva (PRB)

“Vivemos dias de crise institucional no país e descrédito da população com as autoridades. Neste contexto, é necessário divulgar bastante a atuação dos heróis do 2 de Julho, que são bons exemplos de luta pela nação e solidariedade. Os educadores devem divulgar em salas de aula nossos símbolos nacionais, como a bandeira do Brasil, os selos e hinos. Atitudes como essa são importantes para as nossas crianças e adolescentes terem orgulho da nossa pátria”.

Lorena Brandão (PSC)

“Como cidadão baiano, sinto-me muito honrado e orgulhoso por ser filho desta terra, que é marcada por grandes lutas e batalhas que tiveram um papel fundamental na independência do nosso país”.

Luiz Carlos (PRB)

“Comemorar o 2 de Julho é um preito de gratidão aos patriotas que o realizaram e uma recordação do caráter heroico dos baianos, servindo de exemplo para todos nós”.

Edvaldo Brito (PSD)

“Discordo da participação de animais em desfiles, como na comemoração de 2 de Julho. É inadmissível que as pessoas ainda utilizem cavalos e jegues de forma cruel, submetendo os animais a carregar pesos sob o sol e asfalto quentes nesta festa tão bonita que é marcada pela fé e alegria. Considero um verdadeiro retrocesso. Estamos em pleno século 21 e tal atitude de maus-tratos deve ser proibida”.

Marcelle Moraes (PV)

“Em 1823, os baianos consolidaram a Independência do Brasil e o 2 de Julho está cada dia mais atual. Afinal, a independência é conquistada a cada dia contra as travas econômicas e políticas. E a luta no cotidiano construirá um país mais justo, harmônico e melhor para todos os brasileiros”.

Maurício Trindade (DEM)

“Com muita luta, os baianos consolidaram a Independência do Brasil com as batalhas que culminaram com a libertação da corte portuguesa no 2 de Julho. Nos dias atuais, com este processo de desmonte e entrega das empresas brasileiras e de retiradas de direitos trabalhistas, é necessária a resistência inspirada na letra da música do Hino ao 2 de Julho, que frisa que com tiranos não combinam brasileiros corações”.

Moisés Rocha (PT)

“O 2 de Julho nos coloca na contemporaneidade da crise política, social e econômica pela qual passamos. Foi uma política de libertação, independência e de consolidação da nação brasileira. Nos dias atuais, o nosso povo se rebela querendo que os impostos sejam revertidos na melhoria dos serviços básicos. Devemos continuar a luta pela nossa independência e por melhores condições de saúde, educação, mobilidade e segurança e queremos que a coisa pública seja tratada com dignidade e honestidade”.

Odiosvaldo Vigas (PDT)

“O simbolismo do 2 de Julho é o da resistência e de força do povo do Bahia. Esse exemplo tem que ser colocado em prática nos dias de hoje com bons exemplos. A população precisa de bons políticos, que representem verdadeiramente os anseios do povo e da nação”.

Paulo Câmara (PSDB)



Fotos: Sidney Nóbrega



“Esta é uma data importantíssima para a Bahia e uma das mais importantes para a nação, já que, mesmo com a declaração de independência, o Brasil só se livrou das tropas portuguesas aqui na Bahia, após o 2 de Julho. Diariamente, continuamos lutado pela verdadeira independência, buscando soluções através do poder público para melhorar a vida das pessoas em nossa cidade”.

Orlando Palhinha (DEM)

“O 2 de Julho teve como maior importância a luta pela liberdade do povo. Historicamente, o fato possui a participação daqueles que são tidos como os ‘de baixo’, dos menos abastados. Índios, negros e mulheres se uniram para libertar a Bahia dos domínios coloniais. É essa liberdade da qual o atual Brasil precisa, com a participação do povo. E para isso o parlamento deverá ser preenchido por representantes da população, de forma legítima. Devemos ter representantes reais do povo brasileiro e retomar a democracia no país”.

Suíca (PT)

“O próprio Hino ao 2 de Julho diz que com tiranos não combinam brasileiros corações. Isso representa um resgate da memória da luta do povo baiano. É reafirmar os nossos valores diante de tempos temerosos, marcado por retrocessos civilizatórios. É ratificar nosso compromisso com todos que deram suas vidas em prol de nossa independência. Hoje, nossa emancipação é lutar contra essas deformas sociais trabalhistas ou até a entrega de nossa soberania com a venda do pré-sal. Um país como o nosso, com grandes riquezas naturais e uma grande história, não pode se curvar para interesses internacionais. O 2 de Julho significa reafirmar que com tiranos não combinam os nossos ideais”.

Sílvio Humberto (PSB)

“O 2 de Julho é para mim é a maior manifestação cívica do Brasil. Nas figuras de Maria Quitéria, Joana Angélica e do Caboclo, está retratada a força do nosso povo, na luta por dias melhores”.

Vado Malassombrado (DEM)

“Essa é uma data de extrema importância para os baianos, pois neste dia histórico festejamos a libertação baiana do domínio português. Diante do cenário atual, é preciso despertar esse sentimento de luta por nossos direitos quanto a saúde, segurança e uma vida mais justa para todos”.

Téo Senna (PHS)

“O 2 de Julho representa mais que uma data comemorativa da luta para a Independência do Brasil. Marca o decisivo heroísmo do povo baiano pela defesa da liberdade, consagrando a Bahia como essência da identidade de um povo. As batalhas pela Independência da Bahia custaram muitas vidas e garantiram com honra e sangue a realização de um país soberano, a concretização do Brasil para os brasileiros e da Bahia como ‘Terra Mãe’ desta nação”.

Toinho Carolino (Podemos)

“Mulheres incríveis traçaram os caminhos para nossa independência, embora a história oficial as tenha diminuído ou até esquecido. Para que se faça justiça é importante relembrar a figura da valente Maria Felipa, dando-lhe o lugar de merecido destaque. O espírito dessas guerreiras deve pautar o real sentido da independência feminina, que perpassa pela ocupação dos espaços de poder e decisão, em todas as esferas da sociedade”.

Rogéria Santos (PRB)

Câmara recebe Oficina Verde do Interlegis

Atividade será aberta nesta quarta-feira (4), às 9h, pelo presidente da Casa, vereador Leo Prates (DEM)

A Oficina Interlegis: Câmara Verde – Plano de Logística Sustentável será aberta pelo presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Leo Prates (DEM), nesta quarta-feira (4), às 9h. Em parceria com o Senado Federal, a atividade será realizada através da Escola do Legislativo Péricles Gusmão Régis até quinta-feira (5) no Centro de Cultura da Casa, que vai reunir vereadores e assessores parlamentares de todo o estado. As inscrições podem ser feitas no site: www.interlegis.leg.br/eventos. A Oficina Verde do Interlegis terá transmissão ao vivo pela TV Câmara Salvador. Será possível acompanhar a atividade pelo canal aberto 61.4, Portal da Câmara (www.cms.ba.gov.br), Facebook e ainda pelo aplicativo para celular (Android e IOS) disponível nas lojas virtuais.

"A sustentabilidade é um tema transversal, que precisa ser reforçado no dia a dia de todas as instâncias da gestão pública. Nós, do Legislativo Municipal de Salvador, estamos abertos à troca de experiências e atentos às práticas bem-sucedidas para aprimorar nossos processos em prol do uso racional dos recursos", afirma Leo Prates.

A diretora da Escola do Legislativo da Câmara, vereadora Marta Rodrigues (PT), incentiva a participação de todos os vereadores e assessores nesse encontro. "É uma grande oportunidade para conhecer práticas já consolidadas em outras casas legislativas, discutir, aprimorar e aproveitar o que for possível no nosso dia a dia. Este é um assunto que precisa estar sempre em evidência", diz Marta.

O objetivo da Oficina Verde é estimular a adoção de instrumentos de gestão sustentável através do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) nas câmaras municipais e assembleias legislativas com base na experiência do Senado Federal. O encontro busca sensibilizar as casas para a importância da responsabilidade socioambiental em atividades como compras, contratações e consumo, entre outras.

Foto: Antonio Queirós



Vereadora Marta Rodrigues diretora da Escola do Legislativo

PROGRAMAÇÃO

Promovida numa parceria entre a Câmara de Salvador, Interlegis, Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e Senado Federal, a oficina terá duração de 15 horas e a programação inclui noções gerais de sustentabilidade, viabilidade de soluções sustentáveis e montagem de PGLS. As aulas serão ministradas pelos instrutores Danielle Abud Pereira e Mário Hermes Viggiano.

Danielle Pereira - Bióloga, especialista em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Educação (UnB), doutoranda em Sustentabilidade na Administração Pública (UnB), servidora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais, membro da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Senado Federal.

Mário Viggiano - Arquiteto formado e pós-graduado pela UnB, especialista em construções sustentáveis com diversas publicações e premiações na área. Idealizador do Programa Carbono Menos do Senado Federal. É chefe do Serviço de Planejamento e Projetos Especiais no Interlegis/ILB.

INTERLEGIS

O Interlegis é um programa do Senado Federal, executado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e existe desde 1997. Tem como principal objetivo fortalecer institucionalmente o Poder Legislativo brasileiro, por meio do estímulo à modernização, integração e cooperação, entre as casas legislativas nas esferas federal, estadual, municipal e distrital.

Sem custos para as casas parceiras, o programa disponibiliza produtos e serviços, entre cursos a distância, treinamentos presenciais e ferramentas tecnológicas, privilegiando o uso de sistemas que possam ser gratuitamente customizados e aprimorados pela comunidade legislativa.

As ferramentas desenvolvidas pelo Interlegis possibilitam a criação de portais na internet personalizados para as câmaras municipais e outras instituições conveniadas (Portal Modelo) e a automação de todo o processo legislativo, inclusive painel de votação (Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL), entre outros.



CÂMARA MUNICIPAL

EXPEDIENTE

2ª SESSÃO LEGISLATIVA
18ª LEGISLATURA

Salvador, 29 de junho de 2018.

PROJETO DE LEI Nº202/2018
Dispõe sobre a cassação de alvará de funcionamento dos bancos que não cumpram as normas de segurança, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º Os estabelecimentos bancários que não estiverem cumprindo as exigências de que tratam da segurança ficarão sujeitos a não liberação, cassação ou não renovação da licença municipal ou alvará de funcionamento concedido pela Prefeitura.

Art. 2º O órgão competente do Município verificará as condições de segurança exigidas na Lei Federal 7102/1983.

Art. 3º Os estabelecimentos bancários e financeiros terão um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei, para o atendimento às suas disposições.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, em 28 de junho de 2018.
IGOR KANNÁRIO
Vereador

JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa preservar a integridade física dos usuários e ou correntistas, consumidores, que se utilizam dos serviços ofertados pelos bancos, bem como, proteger seus bens.

A Lei Federal 7.102/83 dispõe sobre a segurança para os estabelecimentos financeiros, prevendo em seu art. 2º e incisos, categorias de itens de segurança obrigatórios. Há normas municipais que também dispõem sobre o tema.

Considerando que os bancos de nossa cidade não estão atendendo a essas normas de segurança. Há, portanto, defeito na prestação de serviço, referente à segurança dos consumidores que se utilizam dos serviços bancários.

Deste modo, pode o Município supletivamente, legislar sobre elementos de segurança dos estabelecimentos financeiros, uma vez que se trata de matéria de interesse local, relacionadas à proteção do consumidor e à qualidade dos serviços prestados, bem como ao exercício do poder de polícia nos Municípios, conforme lhe faculta a Lei Orgânica do Município. O proprietário, em virtude do princípio em questão, poderá ser tolhido na sua faculdade de exercitar, exclusivamente ao seu modo, qualquer dos direitos inerentes à sua condição de dono (usar, gozar e dispor). O Poder Público poderá estabelecer condições, limites, para o exercício dessas faculdades, além de poder constituir o particular em obrigações de fazer, para atender aos interesses da coletividade, exercendo assim seu poder de polícia.

Assim, submeto à proposta aos ilustres pares para a sua aprovação, tendo em vista a melhoria na oferta do atendimento.

Salvador, em 28 de junho de 2018.
IGOR KANNÁRIO
Vereador

PROJETO DE LEI Nº203/2018
Estabelece o Grafite como movimento artístico cultural urbano de caráter popular do município de Salvador.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido que o Grafite é um movimento artístico cultural urbano de caráter popular do Município de Salvador.

Art. 2º É vedado qualquer tipo de discriminação ou preconceito, seja de natureza social, racial, cultural ou administrativa contra o grafite ou os grafiteiros.

Art. 3º Para todos os efeitos desta Lei, compreende-se os artistas do Grafite (grafiteiros) são agentes da cultura popular e, como tal, devem ter seus direitos respeitados.

Art. 4º Ficará a cargo dos órgãos relacionados a arte e a cultura o acompanhamento da implementação desta Lei.

Salvador, em 28 de junho de 2018.
IGOR KANNÁRIO
Vereador

JUSTIFICATIVA

O grafite é um importante movimento artístico-cultural para o Brasil e difundido em todo o mundo. Dada a importância desta arte, a sua expressão é reconhecida em locais como Nova York, Melbourne, Miami e Berlim. Já na cidade do Salvador, diversos painéis do grafite estão colorindo e dando beleza a nossa cidade, trazendo temas que caracterizam a linguagem da realidade da vida urbana e social.

Com isso, este projeto de lei tem o propósito de reconhecer os grafiteiros e as grafiteiras da nossa cidade como agentes sociais fundamentais para a consolidação da manifestação artística e cultural da sociedade soteropolitana, fortalecendo cada vez mais o movimento do grafite, por considerarmos um patrimônio artístico-cultural urbano de Salvador.

Vale ressaltar que na proposta ora apresentada, fica vedado qualquer tipo de discriminação ou preconceito, seja de natureza social, racial, cultural ou administrativa contra o grafite ou os (as) grafiteiros (as), visto que este movimento tem viés artístico e cultural, não se devendo admitir qualquer tipo de conduta discriminatória contra os grafiteiros.

Além disso, com a sanção da Lei 9.320/2018, que criou o dia do Graffiti, em homenagem ao grafiteiro Uildson Santos Carvalho (Sinal), somamos este projeto como um instrumento de reconhecimento e de proteção social e artística da arte do grafite.

Assim, submeto à proposta aos ilustres pares para a sua aprovação, tendo em vista o caráter cultural da arte do grafite para a cidade do Salvador.

Salvador, em 28 de junho de 2018.
IGOR KANNÁRIO
Vereador

ATA

41ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2018.

PRESIDENTE: VEREADOR LEO PRATES
1º SECRETÁRIO: VEREADOR TOINHO CAROLINO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR EUVALDO JORGE (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EUVALDO JORGE, FÁBIO SOUZA, FELIPE LUCAS, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, IGOR KANNÁRIO, IREUDA SILVA, JOSÉ CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEO PRATES, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROGÉRIA SANTOS, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO, UZIEL BUENO e VADO MALASSOMBRADO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 229/18 do Gabinete do Vice-Prefeito, enviando resposta da Secretaria Municipal de Educação ao Ofício n. 654/18 da Casa; Ofício n. 549/18 da Secretaria municipal da Saúde, em resposta ao Ofício n. 163/18 da Casa; Mensagem n. 7/18 do Executivo Municipal, encaminhando o Projeto de Lei n. 181/18; Projetos de Lei n.s 167 a 176/18 da vereadora Ireuda Silva, 177/18 do vereador Leo Prates, 178 e 179/18 da vereadora Rogéria Santos, 180/18 do vereador Leo Prates e 182/18 da Mesa Executiva; Projetos de Indicação n.s 192 e 193/18 do vereador Paulo Câmara, 194/18 do vereador Toinho Carolino, 195 e 196/18 da vereadora Aladilce Souza, 197/18 do vereador Sílvio Humberto, 198 a 201/18 da vereadora Rogéria Santos, 202 e 203/18 da vereadora Ireuda Silva e 204 a 214/18 da vereadora Rogéria Santos; Projeto de Resolução n. 54/18 da vereadora Lorena Brandão;

Requerimentos n.s 145/18 do vereador Teo Senna e 146/18 do vereador Sílvio Humberto; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 27/18 do vereador Luiz Carlos Suíca e 28 a 30/18 da vereadora Lorena Brandão; e Moções n.s 73/18 da vereadora Lorena Brandão, 74/18 do vereador Alexandre Aleluia, 75 a 77/18 da vereadora Rogéria Santos, 78/18 do vereador Leo Prates, e 79/18 do vereador Tiago Correia. Terminada a leitura do Expediente, na **Tribuna Popular**, o senhor Manoel Nonato dos Santos, da Associação dos Moradores de Boa Vista de São Caetano, saudou os vereadores, associou-se à luta dos servidores municipais da Saúde e agradeceu às lideranças comunitárias de São Caetano. Pediu ajuda dos vereadores para a implosão de construção irregular em São Caetano, afirmando que o própria Prefeitura revogou o correspondente Alvará. Informou que o Posto de Saúde de São Caetano tinha seis equipes, mas apenas quatro funcionavam, e expressou a necessidade de linha de ônibus para atender aos moradores da Capelinha e de São Caetano, que viviam grande dificuldade na mobilidade. Por fim, solicitou Centro Social para o bairro, informando a existência de dois empreendimentos que não funcionavam. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza solicitou o ingresso, na Galeria, de pessoas que estavam do lado de fora se manifestando contra o Projeto de Lei Complementar n. 1/18. Ainda na Tribuna Popular, o senhor Fábio Ferreira, do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento de Pirajá (NAD), comentou sobre a atenção básica na Saúde municipal, cujas deficiências apontou. Pediu que a Comissão de Saúde da Casa fizesse visita às instalações de Saúde, entre as quais, destacou as maternidades, onde os partos se realizavam em índice abaixo da capacidade. Disse que o Hospital Municipal operava em 20% da capacidade e deu exemplos de unidades com baixa cobertura de atenção básica. Concluiu informando que cinco mil pacientes aguardavam tomografia. O senhor presidente, em resposta à questão de ordem da vereadora Aladilce Souza, informou que já havia sido atingido o limite de capacidade indicado pela Assistência Militar. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho disse ter feito contagem diferente e reiterou o pedido de ingresso de mais pessoas. O senhor presidente não concordou com o número apresentado pelo vereador Hilton Coelho e lembrou a atmosfera democrática que vinha regendo os trabalhos na Casa. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, a vereadora Aladilce Souza saudou o senhor Manoel Nonato e disse que São Caetano era um bairro abandonado, para o qual a Prefeitura deveria dar atenção. Sobre o senhor Fábio Ferreira, endossou a exposição feita e disse que o Município tinha a obrigação de criar orçamento para as demandas de Saúde, mas destinava parte desses recursos para outras áreas. Criticou o Projeto de Lei Complementar n. 1/18 por retirar direitos dos servidores da Saúde. O senhor presidente indagou sobre a possibilidade de se votar inicialmente o Projeto de Lei n. 182/18, referente aos servidores da Casa. Em comunicação inadiável, o vereador Vado Malassombrado lamentou a morte do carnavalesco Orlando Tapajós e lembrou a Medalha Thomé de Souza a ele entregue, por iniciativa sua. Pediu um minuto de silêncio, e o senhor presidente disse que isso seria feito ao final das votações, em razão dos ânimos acentuados na Galeria. O vereador Vado Malassombrado lamentou que a atividade na Galeria prejudicasse o minuto de silêncio pedido. Dando seguimento aos Comentários à Tribuna Popular, o vereador Hilton Coelho reiterou sua divergência quanto ao número de presentes à Galeria. Destacou os problemas na Saúde e apontou a desatenção da Prefeitura a respeito. Expôs sobre direitos dos servidores da Saúde que não eram implementados e defendeu concurso público para esse quadro. Criticou o Projeto de Lei Complementar n. 1/18. Em seguida, foi discutido, votado e aprovado, até a Redação Final, o Projeto de Lei n. 182/18, com abstenção do vereador Hilton Coelho. Retomando-se os Comentários à Tribuna Popular, o vereador Hélio Ferreira também criticou o Projeto de Lei Complementar n. 1/18; defendeu concurso para a Saúde municipal; e saudou a luta dos servidores contra o Projeto. Referindo-se à Tribuna Popular, criticou o corte de linhas de ônibus nos bairros abordados e mencionou os prejuízos trazidos, com isso, à população. Lamentou a falta de Plano de Mobilidade e a exclusão, nos transportes, dos que não tinham recursos, para os quais defendeu subsídio. O vereador Uziel Bueno enalteceu a presença dos servidores da Saúde que se posicionavam por seus direitos e criticou o Projeto a eles referentes. Elogiou o trabalho da Polícia na busca dos assassinos do policial militar Gustavo Gonzaga, rejeitando que facções promovessem crimes como essa. No **Pinga-Fogo**, a vereadora Marta Rodrigues saudou os servidores na Galeria e defendeu os seus direitos. Também comentou os problemas na Saúde municipal e enalteceu a força da categoria, afirmando que o prefeito não deveria seguir a "cartilha perversa" criada pelo Governo Temer, de supressão de direitos. Pediu negociação para uma saída positiva e contou ter estado, ao lado da vereadora Aladilce Souza, em reunião com o secretário Municipal de Gestão, Thiago Dantas, na qual pediram a exclusão do art. 13 do Projeto de Lei Complementar n. 1/18. Declarou voto favorável aos trabalhadores. O vereador Luiz Carlos Suíca declarou que ele e os edis da Oposição não votariam a favor do Projeto de Lei Complementar n. 1/18; disse que alguns edis governistas se constrangiam com o teor desse Projeto, por ele suprimir direitos; e sugeriu a esses edis que discutissem com o prefeito a respeito. Comentou sobre o trabalho da Polícia Militar (PM): observando que cerca de 70% do seu efetivo compunha-se de negros oriundos da Periferia; rejeitando que eles fossem chacinados pelo trabalho que faziam; e pedindo proteção a esses profissionais. O senhor presidente informou que, em acordo com a Oposição, seria estendido até 10 de julho o prazo para a entrega das Emendas à Lei Orgânica do Município (LOM). Informou ainda que, também em 10 de julho, seriam votados a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Projeto de Lei n. 181/18 (Menor Aprendiz), e que, em 4 de julho, seria votado o Projeto de Lei n. 79/18 (Política de Mobilidade). Nas **Representações Partidárias**, o vereador Sílvio Humberto salientou a importância do servidor e criticou sua desvalorização por força do art. 13 do Projeto de Lei Complementar n. 1/18. Comentou sobre se estar numa época de supressão de direitos e defendeu que a Prefeitura avaliasse sua atitude e reconhecesse o erro que cometia. Relacionou a isso a política de gastos públicos, expondo como a Prefeitura escolhia em quê gastar. Afirmou seu compromisso em votar pelos servidores presentes, cuja mobilização elogiou. O vereador Moisés Rocha afirmou nunca ter votado contra um trabalhador e lembrou sua atividade sindical ligada aos petroleiros, declarando "nenhum direito a menos". Sugeriu a retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar n. 1/18, para reexame pela Prefeitura. O vereador Sílvio Humberto, que antes falara pela Liderança de Oposição, retomou a Tribuna pelo PSB. Lembrou o recente fim-de-semana violento em que foram assassinadas 30 pessoas, havendo suposta relação dos fatos com a morte do PM Gustavo Gonzaga. Afirmou que uma monstruosidade tinha sido feita ao PM, mas salientou que "monstros" eram criados por um conjunto de abandonos que levava indivíduos a não reconhecerem a humanidade alheia. Anunciada a **Ordem do Dia**, foi tratado o Projeto de Lei Complementar n. 1/18. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues apontou artigos regimentais que estariam sendo desatendidos nessa votação, alegando a não-realização necessária de audiências públicas e contestando a discussão única, afirmando que seriam necessárias duas discussões. O senhor presidente, apresentando razões regimentais, refutou as alegações e manteve a votação. Iniciando a discussão do Projeto, o vereador Edvaldo Brito lembrou seus quase 60 anos de advocacia e sua condição de professor de Direito, bem como sua condição de presidente da Comissão relacionada às entidades filantrópicas de saúde e às santas casas. Citou o vereador Sílvio Humberto, afirmando que, se fossem respeitadas as pessoas, não estariam em tal situação, e defendeu os direitos dos trabalhadores da Saúde. Lembrou a Constituição e o direito adquirido, o qual não poderia ser suprimido, razão pela qual avaliou como inconstitucional o art. 13 do Projeto. Responsabilizou a Prefeitura quanto à sua incapacidade de realizar a avaliação dos servidores, necessária à sua progressão na carreira, e afirmou que levaria a questão à Justiça. A vereadora Aladilce Souza lembrou sua experiência como profissional da Saúde e comentou os problemas dos profissionais dessa área, para a qual defendeu investimento. Saudou o Sindicato dos Servidores da Prefeitura do Salvador (Sindseps); disse que ninguém faz greve sem ter um grande motivo; destacou a grande revolta dos servidores; e criticou a concepção, pela Prefeitura, de um Projeto que retirava direitos, sem conversa com as outras partes envolvidas. Lembrou Emenda aprovada unanimemente na Casa e que fora desconsiderada pelo prefeito, o qual não promovia a necessária avaliação de desempenho dos servidores. Expôs a afirmação, do secretário Municipal de Gestão, de que os servidores da Saúde ganhavam muito, e comparou a situação deles à dos procuradores jurídicos, que ganhavam bem para trabalhar com conforto e não eram ameaçados. Expôs ainda a diminuição dos investimentos em Saúde, os quais estavam muito abaixo do limite legal, e que houve *superavit*, considerando que isso tornava injustificável o Projeto em tela. Mencionou os crescentes gastos em propaganda pela Prefeitura enquanto se diminuía a remuneração dos servidores da Saúde. O vereador Hilton Coelho disse que havia tensão entre os servidores mobilizados fora do prédio e observou não haver inscrição de vereadores governistas para defender o Projeto. Comentou os prejuízos por que passava a categoria e disse que, do lado de fora, não havia somente servidores da Saúde. Lamentou a falta de diálogo do prefeito com as pessoas e afirmou que a história cobraria dos edis que votassem pelo Projeto, apelando à consciência de cada um deles. Considerou que o sistema político não representava os interesses dos cidadãos. Endossou o pedido para retirada de pauta do Projeto, ao qual declarou voto contrário. A Sessão foi prorrogada por três horas. O vereador Sílvio Humberto defendeu a retirada do art. 13 do Projeto, lembrando ser servidor municipal havia 33 anos e dizendo nunca ter visto semelhante retirada de direitos. Afirmou a impossibilidade de uma Saúde de qualidade sem a valorização dos servidores e disse acreditar que a Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE) tivesse pessoal qualificado para elaborar um plano melhor, considerando que a escolha feita não fora técnica, mas, política. Comentou sobre os efeitos negativos, sobre o servidor, de sua desvalorização, dando o exemplo dos que se qualificam em cursos e depois não recebem a merecida retribuição por isso, em razão de escolhas financeiras diversas por parte da Prefeitura. Pediu responsabilidade com a dignidade das pessoas e declarou seu voto contrário ao art. 13. Pela ordem, a vereadora Aladilce relatou clima tenso do lado de fora do prédio e pediu medida a respeito. O vereador Hélio Ferreira endossou a ideia de suspender a Sessão. Observou que a Prefeitura vendia terrenos para obter dinheiro e criticou que viesse a retirar direitos para cortar despesas. Observou ainda que outras classes públicas e privadas tinham reajuste salarial e afirmou que esta situação teria uma solução simples, sobretudo com a tecnologia atual. Ressaltou que, se o projeto fosse aprovado, os servidores não o iriam esquecer. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza lembrou a revolta da população com o *Bus Rapid Transit* (BRT), dizendo ser um projeto não-discutido com os cidadãos, e relacionou isso ao Projeto em votação. Indagou como os vereadores olhariam os servidores depois de o aprovarem, afirmando que a Legislatura teria uma marca de retrocesso, e que o prefeito desrespeitava a Casa. Disse que se omitiam números relativos ao Projeto e pediu que ele não fosse aprovado. O vereador Hélio Ferreira afirmou que Salvador perderia com a aprovação do Projeto; pediu respeito aos servidores; e disse que este seria um momento para refletir e construir uma história positiva. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza solicitou verificação nominal de *quorum*, a qual foi realizada. Presentes 40 vereadores, a Sessão prosseguiu, tendo sido prorrogada por meia hora. Ainda em discussão, a vereadora Marta Rodrigues indagou aos pares governistas se valia a pena votar um Projeto como este. Comentou seu voto a ele contrário na Comissão de Finanças e Orçamento e alguns aspectos de legalidade. Neste momento, a Sessão foi suspensa em razão de animosidade por parte dos presentes à Galeria. Retomada a Sessão, a vereadora Marta Rodrigues afirmou não haver condições de se prosseguir com os trabalhos e pediu suspensão da Sessão. Enalteceu o valor dos trabalhadores da Saúde e pediu entendimento. O senhor presidente sublinhou que democracia se faz com respeito de todas as partes e manteve a Sessão. Havendo oito Emendas contra o Projeto apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e Parecer, dessa Comissão, a elas desfavorável, foram colhidos os votos a respeito na Comissão. Em defesa das Emendas, pronunciou-se a vereadora Aladilce Souza, que historiou a vinda do Projeto à Casa, de surpresa e trazendo criação de cargos. Comentou aspectos remuneratórios, explicando que a remuneração-base dos servidores da Saúde era pequena e que a gratificação percebida a incrementava. Explicou ainda as inconstitucionalidades do Projeto e comentou o teor das Emendas que apresentou a esse respeito, no que se incluía a supressão do art. 13. Defendeu mesa de negociação para o assunto. Em aparte, o vereador Hilton Coelho disse não haver condição de prosseguimento da Sessão, em nome da soberania popular a ser respeitada. A oradora endossou o pedido de suspensão. Também se pronunciou o vereador Luiz Carlos Suíca, que afirmou não haver condições emocionais para a Sessão prosseguir. Afirmou já haver um clima de tensão que era representado pelos servidores na Galeria e reprovou o uso de *spray* de pimenta sobre eles, pedindo a identificação de quem o fez. Colhidos os demais votos, a matéria foi aprovada na CCJ, contra os votos dos edis que se pronunciaram. Encaminhado voto ao Projeto, a vereadora Marta Rodrigues indicou voto contrário aos artigos 3º e 13, mas pediu a suspensão da Sessão para haver encontro com o prefeito em nome de uma solução para a iminente retirada de direitos. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito sugeriu procedimento para a colheita dos votos, e o senhor presidente explicou o procedimento a ser seguido. Estavam presentes 41 vereadores, sendo 40 votantes, pois, conforme o artigo 40 da LOM, o presidente não vota. Após discutido e votado, artigo por artigo, o Projeto de Lei Complementar n. 1/18 foi aprovado, até a Redação Final, tendo sido a votação feita da seguinte maneira: a vereadora Marta Rodrigues, pela bancada de Oposição, suscitou o fracionamento da votação do art. 2º, o que foi negado pelo presidente por não haver previsão regimental, sendo então declarada votação contrária ao artigo; todos os artigos, exceto o art. 13, foram aprovados por 29 edis, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Carlos Muniz, Edvaldo Brito, Hélio Ferreira, Hilton Coelho, José Trindade, Luiz Carlos Suíca, Marta Rodrigues, Moisés Rocha, Sílvio Humberto e Toinho Carolino; e o art. 13 foi aprovado por 27 edis, contra os votos dos mesmos vereadores contrários aos demais artigos, aos quais se somaram os votos contrários dos vereadores Ana Rita Tavares e Cezar Leite. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Alfredo Mangueira e Leo Prates.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DO QUINTO TERMO ADITIVO

CONTRATO CMS N°.	14/2014
PROCESSO:	13/2018
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:	Pregão Presencial n° 08/2014
CONTRATADA:	CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA – ESCOLA.
CNPJ:	61.600.839/0001-55
PARECER JURÍDICO:	172/2018
OBJETO:	O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do Contrato/CMS nº. 014/2014 por mais 12 (doze) meses. O referido Contrato tem por escopo a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de intermediação de 100 (cem) estágios para estudantes do ensino médio e 207 (duzentos e sete) estágios para estudantes do ensino superior, sem vínculo empregatício, totalizando 307 estagiários.
VALOR TOTAL ESTIMADO:	R$ 73.311,60 (setenta e três mil, trezentos e onze reais e sessenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
PROJETO/ ATIVIDADE:	01.031.0018.250101
ELEMENTO DE DESPESA:	33.90.39.01.00
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, a partir 07 de julho de 2018.
BASE LEGAL:	Art. 57, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA:	04 de julho de 2018.
ASSINAM:	Leonardo Silva Prates – Contratante Alessandro Salvatore M. Attinã - Contratada Marenilda Santos - Testemunha Israel Pedro Souza - Testemunha

EXPEDIENTE DA DIRETORA LEGISLATIVA

PROPOSIÇÕES TRAMITADAS NAS COMISSÕES
PARECERES DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
PARECER ÀS PROPOSTAS DE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 79/2018

AUTOR DO PROJETO: Executivo Municipal

EMENTA: "Institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável do Salvador, institucionaliza as determinações do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Salvador e dá outras providências".

AUTORES DAS PROPOSTAS DE EMENDA: Vereadores Hélio Ferreira, Hilton Coelho e J. Carlos Filho

RELATOR: Paulo Magalhães Júnior

PARECER

I – RELATÓRIO

Retorna ao exame desta Comissão o Projeto de Lei n° 79/2018, acompanhado da Mensagem n° 06/2018, de autoria do Executivo Municipal, que institui a Política Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável do Salvador, institucionaliza as determinações do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Salvador e dá outras providências.

É o relatório.

II – ANÁLISE

No exercício das atribuições concernentes a esta Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, no que tange a avaliação dos aspectos constitucional, legal, jurídico e técnica legislativa relacionados ao Projeto de Lei nº 79/2018, necessária se faz a análise das emendas sugeridas, sem prejuízo dos termos do parecer prévio emitido pela presente Comissão, abordando e aprovando as questões de cunho jurídico/constitucional.

Analisando-se os aspectos formais e materiais das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 79/2018, constata-se, inicialmente, a existência de duplicidade de propostas apresentadas pelos Vereadores Hilton Coelho e Hélio Ferreiro, relativas a ementa "acrescenta o inciso XV, ao art. 11, seção II, do capítulo II, do Projeto de Lei nº 79/18 – PLAMOB – SALVADOR". Dessa forma, observando-se a ordem cronológica de apresentação deve-se considerar apenas a primeira apresentada.

Constata-se ainda que as emendas propostas já se encontram contempladas no corpo do Projeto, tendo em vista que, além dos princípios, diretrizes e objetivos gerais da Política Municipal de Mobilidade Urbana de Salvador, a proposição dispõe sobre as determinações a serem observadas pelo Executivo na instituição do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Salvador, o conteúdo do PLAMOB, os objetivos estratégicos, os instrumentos de gestão, acompanhamento e participação social, estando, portanto, em total conformidade com as disposições da Lei Federal n° 12.587/12, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana - PNMU.

Praça Thomé de Souza
40.020-010 - Salvador - Bahia - Brasil
Tel.: (55 71) 3320-0436

Verifica-se ainda que as propostas de emenda impõem ações e criam obrigações para o Município, gerando, consequentemente, despesa sem a respectiva previsão orçamentária, contrariando, portanto, o disposto no inciso I, do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse mesmo sentido, o artigo 188 do Regimento Interno estabelece que compete privativamente ao Prefeito matéria que importe aumento de despesa.

Pelo exposto, concluímos que as propostas de emenda pretendidas não atendem aos requisitos constitucionais, legais, regimentais e da boa técnica legislativa, previstos no nosso ordenamento jurídico vigente, razão pela qual não merecem prosperar na sua tramitação.

III – VOTO

Portanto, votamos pela **REJEIÇÃO DAS PROPOSTAS DE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 79/2018**.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2018.

Paulo Magalhães Júnior
Relator

Alfredo Mangueira
Aladilce Souza
Lorena Brandão
J. Carlos Filho
Alexandre Aleluia
Luiz Carlos Suica

Praça Thomé de Souza
40.020-010 - Salvador - Bahia - Brasil
Tel.: (55 71) 3320-0436

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL. 21
SERVIDOR.
MAT. 6046

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 181/2018

AUTOR DO PROJETO: Executivo Municipal

EMENTA: "Institui o Programa Municipal de Aprendizagem no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, autoriza o repasse de recursos públicos na forma que indica e dá outras providências"

RELATOR: Paulo Magalhães Júnior

PARECER

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 181/2018, de autoria do Executivo Municipal, acompanhado da Mensagem n° 07/2018, instituindo o Programa Municipal de Aprendizagem no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, autorizando o repasse de recursos públicos na forma que indica e dando outras providências.

Através da proposta sob análise, a Administração Municipal busca assegurar o direito a educação e profissionalização dos adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade econômica e social, com o objetivo de inseri-los no mercado de trabalho, em parceria com instituição sem fins lucrativos que tenha por objetivo assistência ao adolescente e à educação profissional, registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Cumpre informar, ainda, que a contratação dos aprendizes não será realizada diretamente pela Administração Municipal, mas sim, por instituição sem fins lucrativos, em cumprimento do quanto estabelecido no artigo 431 da CLT e em respeito à vedação prescrita no artigo 39, *caput*, da Constituição Federal, considerando, sobretudo, que o regime trabalhista da Consolidação das Leis do Trabalho, quando aplicado às contratações de pessoal no âmbito da Administração Pública está sujeito à observância dos princípios constitucionais, e o contrato de aprendizagem, por sua natureza especial, não pode ser adequado às normas do direito público.

A previsão contida nos artigos 19 e 20 da presente proposição, autorizando a transferência de recursos públicos para desenvolvimento do programa Municipal de Aprendizagem, vem atender ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000 e na Lei Federal nº 4.320 de 1964, para que, com a adequação da legislação Municipal realizada através da presente proposta, seja possível manter o Programa de Aprendizagem, tendo em vista, sobretudo, a expertise da entidade, Parque Social – Empreendedorismo e Desenvolvimento Social.

Tendo em vista que o Projeto de Lei 181/2018 foi acompanhado do pedido de apreciação em regime de urgência, urge aplicar o artigo 47 da Lei Orgânica do Município, o qual dispõe

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL. 22
SERVIDOR.
MAT. 6046

que deverá ser apreciado no prazo de até 75 (setenta e cinco) dias, a contar do seu recebimento pelo Protocolo da Secretaria da Câmara, ao final do qual, não tendo sido apreciado, será sobrestada a deliberação quanto às demais proposições, para que ultime a votação na próxima Sessão subsequente.

Impende observar que o Regimento Interno adverte, no artigo 172, § 2° que "compete, privativamente, ao Prefeito a iniciativa, no que couber, das leis que a Constituição da República Federativa do Brasil ou Lei Orgânica reservam ao Chefe do Poder Executivo".

Assim, atendidos os requisitos legais, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 181/2018 da autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2018.

Paulo Magalhães Júnior
Relator

Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final

Alfredo Mangueira
Aladilce Souza
Lorena Brandão
J. Carlos Filho
Alexandre Aleluia
Luiz Carlos Suica

Recebido em 25.06.18



O Memorial está aberto à visitação pública e gratuita
de segunda a sexta, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

Acesse o Portal da Câmara Municipal de Salvador
www.cms.ba.gov.br
www.twitter.com/camarasalvador
www.facebook.com/camaradesalvador

PROGRAMAÇÃO

TV CÂMARA SALVADOR
FUNDAÇÃO COSME DE FARIAS

Assista à TV Câmara Salvador pelo canal 10 da Sim TV e pelo canal aberto 61.4, em sinal digital.

Quarta-feira, 4 de Julho de 2018

	PROGRAMA	Sinopse
12h00	# PARTIU SALVADOR - ARENA FONTE NOVA	Em programa inédito os repórteres André Luís e Liana Cardoso fazem um passeio neste estádio de futebol.
12h23	PÍLULAS DA HISTÓRIA - RUA CHILE	Neste programa a repórter Ticiane Bicelli vai apresentar esta tradicional rua localizada no Centro Histórico.
12h26	PASSAPORTE DE SERVIÇOS - PERSONAL STYLIST	Osvaldo Lyra, Mia Lopes e André Luís vão a um shopping da cidade em busca de roupas com formas ideais.
12h50	ACONTECE + INAUGURAÇÃO RÁDIO CÂMARA	Ouça a entrevista do Dep. Federal Bispo Márcio Marinho (PRB)na inauguração da Rádio Câmara Salvador.
12h53	PANORAMA SALVADOR - EMMERSON JOSÉ	"As Novas Formas de Comunicação na Política" é a pauta entre o jornalista e ex-vereador Emmerson José, em entrevista com os repórteres Osvaldo Lyra e Liana Cardoso no estúdio novo da TV Câmara Salvador.
13h16	EU ACHO - TIPOS DE DIETA	Mia Lopes conversa com Bruno Matos, estudante de educação física, que indica tipos de dieta para o corpo.
13h19	QUEM FAZ O QUÊ - POLÍCIA MILITAR	Conheça mais sobre a corporação secular da Polícia Militar da Bahia em reportagem de Rogério Aquino.
13h42	MINHA RUA TEM HISTÓRIA- AV. ANITA GARIBALDI	Repórter Liana Cardoso vai nesta importante via pública que faz homenagem a esta famosa revolucionária.
13h45	PASSAPORTE DE SERVIÇOS - BRECHÓ	Veja na reportagem de Ticiane Bicelli matéria sobre moda sustentável com roupas e acessórios usados.
14h08	PÍLULAS DA HISTÓRIA - BAIRRO CURUZU	Informe-se sobre a história deste bairro, sede do Bloco Afro Ilê Aiyê, em reportagem com Tarsila Alvarindo.
14h11	ADIVINHA ONDE É? - IGREJA DE SÃO BENTO	Perceba quem conhece a Igreja de São Bento em visita da repórter Mia Lopes a este templo "Beneditino".
14h30	CÂMARA EM PAUTA - AO VIVO	Assista no programa um breve bate-papo ao vivo antes da Sessão Ordinária, com os mais diversos assuntos da cidade, ao vivo, direto do Plenário Cosme de Farias na Câmara Municipal de Vereadores de Salvador.
15h00	SESSÃO ORDINÁRIA - AO VIVO	Confira a transmissão ao vivo da Sessão Ordinária, diretamente do Plenário da Câmara Municipal de Salvador. Nesta sessão, os vereadores irão debater diversos assuntos de interesse da cidade de Salvador.
17h00	PÍLULAS DA HISTÓRIA - ELEVADOR LACERDA	Em reportagem de Liana Cardoso conheça a história deste equipamento inaugurado na cidade há 144 anos.
17h03	# PARTIU SALVADOR - ALTO DA SEREIA	Na reportagem Mia Lopes vai conhecer com moradores da região este local no bairro do Rio Vermelho.
17h26	PLUGADO - NISE FERREIRA	Em acústico de voz e violão artista interpreta "Resposta ao Tempo", sucesso gravado por Nana Caymmi.
17h30	PASSAPORTE DE SERVIÇOS - HEMOBA	Assita a repórter Ayana Simões em visita à Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (HEMOBA).
17h53	PÍLULAS DA HISTÓRIA - CHAFARIZ DO TERREIRO	No Centro Histórico Tarsilla Alvarindo apresenta no Terreiro de Jesus este monumento inaugurado em 1856.
18h26	EXTRA-ORDINÁRIO - MÁRCIA CASTRO	"Censura no Mundo da Arte" é pauta no estúdio entre a cantora Márcia Castro, Osvaldo Lyra e Mia Lopes.
18h30	SOM NA CAIXA - VERÔNICA DUMAR	A cantora participa hoje do programa "Som na Caixa" composição a autoral "Sentimentos do Coração".
18h33	ADIVINHA ONDE É? - CENTRO GEMOLÓGICO	Liana Cardoso visita o Centro Gemológico da Bahia (CGB), único laboratório de certificação e autenticidade de pedras preciosas do Norte-Nordeste, guiada por Geraldino Almeida Filho, administrador deste local.
19h00	MINHA RUA TEM HISTÓRIA – LARGO DO PELOURINHO	A repórter Liana Cardoso visita no Centro Antigo, este largo oficialmente denominado Praça José de Alencar.
19h03	EXTRA-ORDINÁRIO - ACROYOGA	Osvaldo Lyra, Mia Lopes, e o grupo "Acroyoga Salvador" realizam em conjunto movimentos desta técnica.
19h26	ACONTECE + INAUGURAÇÃO RÁDIO CÂMARA	Ouça a palavra do vereador Paulo Magalhães Jr. (PV) a durante a inauguração da Rádio Câmara Salvador.
19h30	PLUGADO - MEGGIE SANTOS	Artista apresenta-se interpretando a canção "Boa Noite", composição do artista Djavan lançada em 1992.

*** Programação sujeita a alteração sem aviso prévio.**